

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. SÉRGIO VIDIGAL)

Requer a realização de Seminário para debater o Pacto Federativo no Estado do Espírito Santo.

Senhor Presidente:

Com base nos termos do art.24, Inciso 13, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro V. Ex^a., a realização de Seminário para debater o Pacto Federativo para construir alternativas e caminhos e repactuação, na cidade de Vitória, no Estado Espírito Santo, em data oportuna, com os seguintes convidados:

- a) Presidente da Associação de Prefeitos do Estado do Espírito Santo.
- b) Presidente da Associação de Vereadores do Estado do Espírito Santo.
- c) Presidente da Federação da Indústria do Estado Espírito Santo.
- d) Presidente Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.
- e) Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- f) Representante do Governo do Estado do Espírito Santo.
- g) Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB) do Estado do Espírito Santo.
- h) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.
- i) Presidente da Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares (FAMOPES) do Estado do Espírito Santo.

JUSTIFICAÇÃO

O Pacto Federativo está definido na Constituição brasileira em seus artigos 145 a 162, entre outros temas, são definidos as competências tributárias dos entes da Federação, e os encargos ou serviços públicos pelos quais são responsáveis estão definidos entre os artigos 21 a 32.

Os Estados e Municípios debaterão o novo pacto federativo. Visando garantir melhor atendimento em setores prioritários, como saúde, educação e segurança pública.

Em um país com as maiores cargas tributário que não consegue oferecer serviços básicos a população, algo está errado. A distribuição de recursos em relação à quantidade de impostos arrecadados não é justa.

Precisamos construir alternativas e caminhos, a repactuação é um deles.

O desenvolvimento acontece nas Regiões, nos Municípios e nos Estados. Precisamos de uma nova forma de dividir e distribuir os recursos públicos.

Um novo pacto, mais justo e equilibrado na distribuição dos recursos arrecadados, o que potencializaria subsidiariamente a descentralização.

O objetivo desse Seminário é colher contribuições da sociedade civil, jovens empresários, parlamentares e demais profissionais interessados, para a promoção de um diálogo de maior alcance sobre a atuação, desafios.

Para tanto Senhor Presidente e nobres colegas, conto com o apoio dos Senhores na aprovação desse Requerimento, para que possamos debater, e trazer a essa Comissão sugestões de autoridades e representantes da sociedade Organizada do nosso Estado do Espírito Santo.

Sala da Comissão, em 24 de março de 2015.

Deputado SÉRGIO VIDIGAL PDT/ES